

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.848.002 - SP (2019/0007158-6)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
RECORRENTE : L T G DE P
ADVOGADOS : CÁSSIO MURILO ROSSI - SP164656
RICARDO GUEDES GARISTO - SP290829
RECORRIDO : R L
ADVOGADO : SELMA JOAO FRIAS VIEIRA - SP261803

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL (CPC/2015). RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL. PARTILHA DE BENS. RECURSO DE APELAÇÃO. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE REPRODUZIU A SENTENÇA. QUESTÕES RELEVANTES NÃO APRECIADAS. ACÓRDÃO NÃO FUNDAMENTADO. VIOLAÇÃO AO ART. 489, § 1º, INCISO IV DO CPC/15. NULIDADE DO ACÓRDÃO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de recurso especial interposto por L. T. G. DE P. , com fundamento na alínea "a" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado:

RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL E PARTILHA DE BENS - Parcial procedência - Sentença que reconheceu a união estável entre setembro de 2012 e abril de 2013 - Insurgência da autora - Alegação de que antes do casamento também houve união estável, que teria se iniciado em 1998 e durado até o matrimônio, ocorrido em março de 2008 - Descabimento - Prova testemunhal que não demonstrou a existência de união estável anteriormente ao casamento - Verba honorária bem fixada - Autora que suportou quase toda a sucumbência - Inaplicabilidade do art. 86 do CPC - RECURSO NÃO PROVIDO (e-STJ, fl. 544).

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 551-557), a recorrente aponta violação ao artigo 489, § 1º, inciso III e inciso IV, do Código de Processo Civil. Sustenta, essencialmente, que "o legislador não mais admitiu que o órgão jurisdicional se limite a transcrever trechos de precedentes ou de decisões

Superior Tribunal de Justiça

(fundamentação per relationem) que seriam, no seu entender, suficientes para embasar sua decisão" (e-STJ, fl. 554).

Contrarrazões apresentadas (e-STJ. fls. 563-579).

É o breve relatório.

Passo a decidir.

Inicialmente, registre-se que o recurso em análise foi interposto contra decisão publicada na vigência do Novo Código de Processo Civil, de forma que o juízo de admissibilidade do presente recurso será realizado com base nas normas do CPC/2015, conforme Enunciado Administrativo nº 3/STJ.

Ato contínuo, verifico que a irresignação recursal merece prosperar.

A recorrente, em suas razões recursais, alega que *"o v. acórdão guerreado, ao ratificar a r. sentença monocrática, negou vigência aos incisos III e IV do § 1º do art. 489 do CPC, motivo pelo qual deverá ser anulado e o processo remetido novamente ao Egrégio Tribunal a quo, para que refaça o julgamento, haja vista a deficiência na fundamentação do decisor"* (e-STJ, fl. 557).

Não obstante o julgador não seja obrigado a rebater um a um os argumentos suscitados pelas partes, o novo Código de Processo Civil, buscando dar concretude aos princípios da cooperação e contraditório, lhe impõe o dever de resposta à argumentos que, em tese, poderiam alterar o julgamento, sob pena de se considerar não fundamentada a decisão prolatada.

Na hipótese, a recorrente, então apelante, aduz as seguintes razões que poderiam levar a procedência total do pleito inicial, *in verbis*:

"a prova oral produzida aponta efetivamente pela existência de um relacionamento de união estável entre as partes desde o final da década de 1990, conforme declinado na exordial, inobstante haver se caracterizado pelos constantes desentendimentos entre as partes, antes, durante e após o casamento que contraíram.

De fato, a testemunha Simone Barros W. Borges (fls. 247) acenou que as partes já viviam juntas antes do casamento, fato este que motivou o filho da Apelante, de nome Ademir, a viver separado de sua mãe por possuir séria incompatibilidade com a pessoa do Apelado.

Já a testemunha Silas Ricardo de Souza (fls. 375), pastor

Superior Tribunal de Justiça

evangélico, asseverou que, muito embora só tenha conhecido o casal após o casamento, labutou, por iniciativa do Apelado, na reconciliação do casal, revelando, desta forma, o caráter nitidamente conflituoso da relação, caracterizado por constantes idas e vindas.

Por sua vez, Elenice Pisaneschi (fls. 384/394) comprovou definitivamente tais fatos (a despeito do valor atribuído pela r. sentença guerreada a esta testemunha), na medida em que assinalou a referida testemunha: que era amiga de ambos igualmente; que o relacionamento se iniciara em 1998, em São Caetano do Sul; que teve contato com o casal até o ano de 2.006; que por um dado período ambos moravam em casas separadas e, posteriormente, o casal passou a coabitar a casa do Apelado, na Al. São Caetano do Sul; que o relacionamento era caracterizado por muitas idas e vindas, inclusive após a separação, sendo certo que o Apelado chegou a colocar a Apelante para fora de casa; que a separação não perdurou por muito tempo; que o casal adquiriu bens na constância da união, dentre eles carro e moto; que a Apelante auxiliou no pagamento de reformas de imóveis por meio de numerário proveniente de uma indenização trabalhista; que o casal coabitou imóvel do Apelado na Rua Tijucussu, em São Caetano do Sul; que o relacionamento do casal era público e compartilhado; que após a separação o casal reatou inúmeras vezes o relacionamento.

(...)

Logo, conforme se infere do acervo probatório, é robusta a prova no sentido de que antes do casamento as partes efetivamente mantiveram uma relação de união estável, a qual não pode ser considerada, em absoluto, como um namoro ou mesmo um noivado, haja vista que as partes compartilharam, em referido período, mútua e reciprocamente interesses e sentimentos muito maiores, os quais não podem ser subsumidos a uma etapa preparatória das núpcias convoladas posteriormente.

Em verdade, a despeito do entendimento havido pelo MM. Juízo, a quo, a celebração de referidos contratos de locação, dentro da ótica materialista do Apelado, visava evidentemente resguardar este último acerca de eventual necessidade de retomada do imóvel ocupado por sua companheira, não se constituindo, em absoluto, uma verdadeira relação ex locato.

E quanto à ausência de coabitação por um dado período do relacionamento, é certo que, segundo entendimento assente em nossa jurisprudência, a coabitação não é imprescindível para o

Superior Tribunal de Justiça

reconhecimento da união estável" (grifo nosso) (e-STJ, fls. 518/520).

Referidas questões, como se observa, são essenciais ao completo julgamento da lide porque podem influenciar diretamente no seu resultado. Apesar disso, o Tribunal *a quo*, no julgamento da apelação, se limitou a transcrever os fundamentos da sentença recorrida. Confira-se:

"Merece o édito singular ser mantido tal qual lançado, uma vez que da reanálise do caso, a interpretação é a mesma da sentença, cujos fundamentos transcrevo, porque os estou adotando, a teor do art. 252 do Regimento desta Corte:

"Pretende a autora o reconhecimento da existência de união estável havida com Roberto Lopes em período anterior e posterior ao casamento e, por consequência, a partilha de bens. Alega a autora que viveu em união estável com o réu antes do casamento, celebrado em 28.3.2008, e também após a separação judicial, que se operou em outubro de 2009.

Afirma a autora que a ruptura definitiva somente ocorreu com o divórcio, decretado em abril de 2013.

Em depoimento pessoal prestado ao juízo, a autora afirmou que conheceu o réu em 1998, não tiveram filhos e que seu rendimento servia apenas para manter as despesas do lar.

O réu, por sua vez, reconheceu que houve tentativa de reconciliação do casal entre os meses de setembro de 2012 e fevereiro de 2013.

Foram inquiridas várias testemunhas. Abaixo seguem os resumos dos depoimentos:

Cleuton Rafael de Souza, arrolado pela autora, disse que conheceu as partes por ser pastor da igreja que o casal frequentava e na ocasião - entre 2012/2013 - eles viviam maritalmente. Porém, sabe que em vários momentos, antes mesmo de se mudarem para o Município de Tuiuti, o casal vivia de forma conturbada.

Silas Ricardo de Souza (fls. 375) declarou que conhecia o casal antes do casamento, mas não soube dizer se as partes viviam como marido e mulher antes do matrimônio.

Falou que o casal lhe procurou para tentativa de reconciliação há uns cinco/seis anos atrás e que no processo de aconselhamento eles se reconciliaram.

Simone Barros W. Borges (fls. 347) contou que conhece a autora desde 2003, aproximadamente. Segundo relatos do filho da autora, soube que a mãe mantinha relacionamento com o réu e que viviam juntos antes do casamento e teriam se

Superior Tribunal de Justiça

separado definitivamente em 2013/2014. Informou que em 2010 ou 2011 chegou a fazer uma visita ao casal no imóvel situado em São Caetano do Sul.

Elenice Pisaneschi (fls. 384/394) narrou ser amiga do casal e que o namoro começou por volta de 1998. Relatou que as partes moravam em casas separadas e depois de um período passaram a morar juntos na casa do réu. Teve contato até 2006 e depois que o casal se separou, por volta de 2010, acolheu a autora e o filho em sua casa, depois disso, o casal acabou voltando e ficou junto por mais um ano.

Contou que nesse período, entre 2006 e 2010, soube que existiram outros momentos de separação do casal e que quando viviam juntos tinham comprado carro e tinham moto. Informou que o casal começou a morar junto por volta do ano de 2006.

Rose Elaine Boleta da Silva (fls. 417) declarou que conheceu o réu aproximadamente entre os anos de 2002 e 2004 e se relacionou com ele por uns três meses.

Nos termos do art. 1.723, do Código Civil 'é reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família'.

Período anterior ao casamento. Pelos documentos juntados aos autos, não é possível aferir que o casal vivia em união estável antes do casamento, isto porque as provas são contrárias a esta afirmação. Veja-se, os contratos locatícios acostados às fls. 164/174 e 475/476, que abrangem os anos de 2002 e 2006, conjugados com o depoimento da testemunha arrolada pela autora, Elenice, demonstram que neste período não havia convivência como entidade familiar entre as partes. O réu até mesmo locou imóvel de sua propriedade à autora, atitude incompatível com quem tem ânimo de constituir família com a locatária. Ademais, conforme depoimento prestado pela testemunha Rose Elaine, entre os anos de 2002 e 2004, ela se relacionou com o réu, o que, em princípio, afasta a ideia de união estável entre as partes" (grifo nosso) (e-STJ, fls. 545-547).

Com efeito, se mostra deficiente a fundamentação do acórdão, na medida em que foi indeferido o reconhecimento de união estável antes do casamento, sem a apreciação das questões pertinentes e relevantes suscitadas pela recorrente.

Assim, resta evidente que o acórdão não foi fundamento de maneira suficiente, a teor do art. 489, § 1º, inciso IV do Código de Processo Civil. Dessa

Superior Tribunal de Justiça

forma, está constituído vício grave que invalida o julgamento proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Nesse contexto, a fundamentação do acórdão de origem não se encontra de acordo com o entendimento desta Corte, segundo iterativa jurisprudência dominante.

Nesse sentido:

PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. IMPUGNAÇÃO ACOLHIDA. APELAÇÃO. QUESTÕES PERTINENTES E RELEVANTES NÃO APRECIADAS. AGRAVO INTERNO. REPRODUÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. ACÓRDÃO NÃO FUNDAMENTADO. VIOLAÇÃO DO ART. 489, § 1º, IV, DO CPC/15.1. Impugnação à gratuidade de justiça oferecida em 20/10/2014. Recurso especial interposto em 02/06/2016, concluso ao gabinete em 30/09/2016.

2. Aplicação do CPC/15, a teor do enunciado administrativo nº 3/STJ.

3. Cinge-se a controvérsia a decidir sobre a invalidade do julgamento proferido, por ausência de fundamentação, a caracterizar violação do art. 489, § 1º, IV, do CPC/2015.

4. Conquanto o julgador não esteja obrigado a rebater, com minúcias, cada um dos argumentos deduzidos pelas partes, o novo Código de Processo Civil, exaltando os princípios da cooperação e do contraditório, lhe impõe o dever, dentre outros, de enfrentar todas as questões pertinentes e relevantes, capazes de, por si sós e em tese, infirmar a sua conclusão sobre os pedidos formulados, sob pena de se reputar não fundamentada a decisão proferida.

5. Na hipótese, mostra-se deficiente a fundamentação do acórdão, no qual é confirmado o indeferimento da gratuidade de justiça, sem a apreciação das questões suscitadas no recurso, as quais indicam que a recorrente - diferentemente dos recorridos, que foram agraciados com o benefício - não possui recursos suficientes para arcar com as despesas do processo e honorários advocatícios.

6. É vedado ao relator limitar-se a reproduzir a decisão agravada para julgar improcedente o agravo interno.

7. Recurso especial conhecido e provido

(grifo nosso) (REsp 1622386/MT, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/10/2016, DJe 25/10/2016).

Superior Tribunal de Justiça

Destarte, merece prosperar o reclamo.

Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial para anular o acórdão recorrido e determinar um novo julgamento do recurso de apelação, nos termos da fundamentação.

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator

